

Escrevivência sem fronteiras: estratégias decoloniais de enfrentamento à violência de gênero entre mulheres quilombolas, negras, transgênero, de terreiro e indígenas em Oiapoque, Amapá, Brasil

Ana Paula Nóbrega Fonte

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21135142>

Resumo: A cidade de Oiapoque, no extremo norte do Brasil, estado do Amapá, configura-se como território de intensas trocas simbólicas, explorações materiais múltiplas de interesse capitalista desde os primórdios da colonização¹² e vulnerabilidades acentuadas pela condição de fronteira binacional (Brasil-Guiana Francesa). Neste cenário, mulheres quilombolas, negras, transgênero, de terreiro e indígenas enfrentam a sobreposição de opressões: a violência de gênero, o racismo estrutural, o sexismo, e a herança colonial que silencia suas narrativas. Este trabalho propôs abordar ferramentas de aplicação aprendidas ao longo da pós-graduação em Psicologia da Descolonização, sobretudo a metodologia da Escrevivência, de Conceição Evaristo, não como um saber meramente acadêmico, mas como vivência de libertação. Os objetivos específicos deste trabalho consistiram em: promover espaços de escuta qualificada e partilha coletiva; utilizar a Escrevivência como dispositivo para denunciar violações e anunciar novas possibilidades de existência; sistematizar a produção poética coletiva das participantes para publicação e difusão. Embora breve, o ciclo de vivências possibilitou vislumbrar novas possibilidades de cuidado coletivo entre mulheres e de denúncia da violência de gênero na fronteira binacional.

Palavras-chave: Mulheres. Violência. Gênero. Escrevivência. Assistência. Oiapoque.

Introdução e agradecimentos

A Psicologia eurocentrada falha ao tentar compreender subjetividades formadas em contextos de resistência ancestral e o sofrimento de populações subalternizadas. Ao ignorar as especificidades das cosmologias indígenas e das resistências quilombolas e de terreiro, a clínica tradicional corre o risco de silenciar, mais uma vez, as vítimas de

¹² Para um panorama preciso da historiografia da região do baixo Rio Oiapoque, com foco específico em povos originários (Karipuna, Palikur-Arukwayene, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na) e comunidades tradicionais (neste trabalho, especificamente, a Comunidade Quilombola Kulumbu do Patuazinho) e impactos por eles sofridos em decorrência da ação estatal e de empreendimentos exploratórios, consultamos a tese de doutorado de Avelino Gambim Júnior, "Arqueologia da Contemporaneidade na Aldeia Manga: lugares, materialidades e memórias da presença Karipuna na fronteira entre o Brasil e Guiana Francesa (final do séc. XIX - Tempo presente)", que inaugura uma metodologia decolonial na pesquisa arqueológica na região.

violência. Este projeto justifica-se pela urgência em valorizar e fortalecer tecnologias de cuidado que considerem a territorialidade, propondo uma escuta sensível ao trauma colonial e compreendendo a violência de gênero nestes contextos não apenas enquanto crime individual, mas o ápice de um processo histórico de desumanização de mulheres racializadas.

A fronteira binacional Oiapoque-Saint-Georges é um corredor de fluxos migratórios e explorações de diversas ordens, que vão desde a extração predatória de recursos naturais até o tráfico de pessoas, passando pela onda recente de grandes empreendimentos de infraestrutura, que têm gerado impactos sociais decorrentes do aumento e fluxo populacional, desacompanhado de políticas públicas e infraestrutura necessárias. Este trabalho propôs uma experiência coletiva de cuidado, sugerindo uma escuta sensível ao trauma colonial. Focar em mulheres indígenas, quilombolas, negras e de terreiro é reconhecer que seus corpos são o primeiro território de resistência contra a violência de gênero. Estender este foco a mulheres transgênero, igualmente atravessadas por questões raciais e em situação de alta vulnerabilidade social, econômica e psicológica, representa a potencialização de intervenções de cuidado alternativas às que têm sido até então ofertadas¹³, que devido ao caráter individualizante podem se desdobrar em ineficácia ou mesmo amplificação dos problemas dessas mulheres, quando assistidas por políticas públicas homogeneizantes e discriminatórias.

A relevância de um projeto desta natureza alicerça-se na intersecção entre a urgência do enfrentamento à violência de gênero e a necessidade de descolonizar as práticas psicológicas e de assistência em territórios transfronteiriços. Como zona de fronteira binacional, a região é marcada por fluxos migratórios intensos, exploração de recursos e uma presença estatal muitas vezes fragmentada e despreparada, o que acentua a vulnerabilidade de mulheres cujos corpos são atravessados pelas heranças do colonialismo.

¹³ Com a recente onda de casos de feminicídio, que culminou em 4 mulheres mortas no Amapá em 15 dias no mês de março de 2026, (<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2026/03/22/quatro-mulheres-foram-mortas-em-menos-de-15-dias-no-amapa-o-que-se-sabe-e-o-que-os-casos-tem-em-comum.ghtml>), representantes de coletividades femininas que construíram a vivência ora apresentada passaram a questionar publicamente a estrutura e eficácia das ações dos órgãos estatais de proteção à mulher, denunciando uma postura de solidariedade inoperante, expressa em um grande número de lançamento de notas de repúdio pelo assassinato de mulheres, contraposto a baixos indicadores de eficácia nas ações de proteção no que tange à violência de gênero, sobretudo em áreas remotas, com comunidades tradicionais e corpos dissidentes.

A escolha de Oiapoque não foi meramente geográfica, mas geopolítica e subjetiva. Parti de minha experiência nesta fronteira como cientista social¹⁴, indigenista, analista socioambiental, pesquisadora da área da Saúde Única¹⁵ e de minha corporeidade gorda e racializada branca, que por muitas vezes precisou escolher com consciência abrir mão dos privilégios da branquitude — a despeito de seu outro viés dissidente — para somar aos movimentos de mulheres negras, periféricas, indígenas e quilombolas nos últimos 30 anos.

Essa experiência confluiu no encontro com Dayene Soeiro, escritora, ativista do Coletivo de Mulheres Negras do Oiapoque e organizadora do grupo *Oriki*, que propõe a leitura de autoras negras na fronteira e que foi a primeira mulher a contribuir de forma substancial para a construção desta vivência. Outras potências foram se somando no amadurecimento da proposta, como a articuladora quilombola Leudilene Furtado e a escritora indígena e mestranda em Literatura, Bruna Karipuna. A elas, co-autoras desta jornada, minha mais profunda gratidão pelas partilhas e reflexões.

A ideia foi gestada coletivamente e alimentada pela produção literária de mulheres negras, indígenas e amazônidas que atravessam as trajetórias das participantes, com a orientação primorosa da parceira de ideias Raffaella Andréa Fernandez, pós-doutora em Ciência da Literatura e Cultura Contemporânea, coordenadora do Grupo de Pesquisas Contracoloniais Carolina Maria de Jesus (CNPq) e docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Eu e Raffaella iniciamos juntas nossas trajetórias de estudos em 1998, em São Paulo, como alunas do Centro de Estudos Comunitários Paulo Freire, no qual cursamos, juntamente com Dinha — poeta periférica, educadora e pós-doutora em Literatura e Sociedade pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP —, o preparatório para o vestibular de universidades públicas, nas quais as três, egressas de um sistema educacional extremamente deficiente, ofertado no subúrbio e periferia paulistanas, com apoio mútuo e muita ousadia, ingressamos no ano seguinte.

¹⁴ Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP desde 2006.

¹⁵ Atualmente atuo profissionalmente na região da fronteira franco-brasileira como ponto focal da PICTIS, centro de pesquisa estabelecido em colaboração entre a FIOCRUZ e a Universidade de Aveiro, no Projeto Mosaic, cujo objetivo é a aplicação multilocal da ciência aberta na criação de ambientes saudáveis envolvendo comunidades de regiões fronteiriças. O foco específico é o compartilhamento de estratégias de enfrentamento da crise climática. Nesse contexto, tenho buscado contribuir com novos paradigmas nas formas de fazer pesquisa com comunidades — e não sobre comunidades — a partir dos aprendizados obtidos na Especialização em Psicologia da Descolonização.

Não poderia, por fim, deixar de mencionar a contribuição primorosa da psicóloga decolonial e da Gestalt-Terapia Siomara Souza, irmã de alma de quem a Especialização em Psicologia da Descolonização me aproximou e com quem as trocas constantes sobre conceitos das psicologias tradicionais em oposição — e por vezes em colaboração — com uma prática clínica decolonial, assim como os debates sobre indigeneidade, etnogênese, corporalidade, interseccionalidade, espiritualidades de matrizes originárias e suas interfaces com políticas públicas encorajaram a proposta deste trabalho, que representa, desta forma, uma feliz oportunidade de (re)encontros entre velhas e novas grandes amigas que a luta por um mundo descolonizado tem proporcionado através dos tempos.

Referenciais teóricos

Para a construção das bases teóricas, foram utilizados dois pilares: 1) *Psicologia da Descolonização*: partimos de Frantz Fanon para entender o sofrimento ético-político e a necessidade de uma práxis libertadora; 2) *Escrivência*: o conceito de Conceição Evaristo desloca a escrita do lugar do "outro" para o lugar de quem vive a experiência, transformando dor em insurgência literária. Não poderíamos, por fim, deixar de citar Antonio Bispo dos Santos como referencial obrigatório para pensar a comunidade quilombola e as confluências do (re)encontro potente com as mulheres indígenas:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Santos, 2023, p. 27).

A subjetividade não é um fenômeno isolado, mas o resultado de atravessamentos históricos, políticos e territoriais. No contexto da fronteira binacional, o sofrimento psíquico deve ser lido como fruto de uma ferida colonial ainda aberta. Para Frantz Fanon, a colonização não se limita à ocupação de terras; ela invade a mente do colonizado. Em *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2008), Fanon descreve o processo de *alienação*, no qual o sujeito colonizado é levado a desprezar sua própria cultura e corpo em busca de uma humanidade validada pelo padrão eurocêntrico.

Em Oiapoque, a condição de fronteira exacerba o que Fanon chama de "Zona de Não-Ser": um espaço onde mulheres negras, transgênero, indígenas e quilombolas de terreiro são despojadas de sua humanidade plena aos olhos do Estado e do capital. A violência de gênero e o feminicídio, neste sentido, são expressões máximas de uma estrutura que vê o corpo dessas mulheres como território de conquista e descarte. Fanon propõe que a cura psíquica exige uma mudança social. Portanto, experiências de Escrivivência atuariam no nível fanoniano da *desalienação*, permitindo que a mulher reconheça as estruturas de opressão que a cercam e retome sua posição de sujeito histórico.

Se Fanon diagnostica a ferida, Conceição Evaristo oferece o instrumento de sutura e insurgência. O conceito de Escrivivência subverte a lógica da escrita acadêmica ou literária tradicional, que historicamente falou *pelos* mulheres negras e indígenas, tratando-as como objetos de estudo. A Escrivivência é "a escrita que se nutre da vida, que se banha no sangue, que se faz no corpo" (Evaristo, 2020). No contexto deste projeto, ela opera em três dimensões: individual — a elaboração do trauma pessoal através da metáfora e da poesia; coletiva — a percepção de que a dor de uma mulher quilombola e de terreiro ecoa na dor de sua vizinha indígena e trans, gerando uma memória coletiva de resistência; política — o ato de publicar retira a narrativa do campo da queixa e a coloca no campo do documento. A escrita torna-se testemunho, uma prova de existência e um grito contra o apagamento.

A síntese entre Fanon e Evaristo permite compreender que, para as mulheres de Oiapoque, o corpo é território. Quando uma mulher quilombola ou indígena escreve sua vivência poética na fronteira binacional, ela está mapeando as fronteiras de sua própria autonomia. A Escrivivência, portanto, não busca "tratar" os sintomas da violência, mas utiliza a palavra escrita para desconstruir o "complexo de inferioridade" (Fanon) e transformá-lo em "consciência de si e para si". A poesia não é aqui um adorno estético, mas uma estratégia de sobrevivência e um escudo contra a barbárie do feminicídio.

Metodologia

A escrivivência como tecnologia de cura e resistência

A metodologia da Escrivivência, cunhada por Conceição Evaristo¹⁶, é aqui tratada como uma "tecnologia de si": "A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para "ninar os da casa grande" e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (Evaristo, 2007). Define, desta forma, uma escrita que nasce da vivência, da memória e da ancestralidade de mulheres negras, convertendo a experiência pessoal em um relato coletivo de resistência. Mais do que um simples relato autobiográfico, é uma "ficção do nós", que utiliza a palavra literária para confrontar o racismo e o machismo estruturais, não para adormecer, mas para "acordar" a sociedade. A escrevivência substitui a mulher negra — e neste trabalho também a mulher indígena, quilombola, de terreiro e transgênero — como objeto de estudo por uma autoria ativa e potente, onde a vivência e o texto se fundem.

para este trabalho, justificou-se o uso da escrevivência como metodologia de base para: 1) quebra do silenciamento — a violência doméstica e o risco de feminicídio prosperam no isolamento. ao escrever, a mulher retoma a autoria de sua própria história; 2) fortalecimento da identidade — a escrita permite a elaboração simbólica de dores que a linguagem racional muitas vezes não alcança, conectando a vivência individual à memória coletiva do território. e, por fim, 3) a criação de redes de proteção: a oficina em grupo transformou o trauma individual em uma pauta comum, fortalecendo os laços de solidariedade entre as comunidades da fronteira.

Visibilidade e impacto político-social

A culminância dessa experiência com sua publicação fecha um ciclo de cuidado e denúncia. Publicizar estas vozes através de um produto construído coletivamente é um ato de justiça epistêmica. É garantia de que o conhecimento produzido no extremo norte do Brasil circule e tensione os centros acadêmicos e as políticas públicas. Não se trata apenas de "dar voz", mas de garantir que os registros dessas mulheres ocupem espaços de poder e saber, servindo como documento histórico e ferramenta de prevenção para futuras gerações.

Em suma, este trabalho assume o compromisso ético de uma prática que sai da zona de conforto do gabinete para o território, que reconhece na palavra escrita uma

¹⁶ O conceito de Escrivivência teve seu caminho pavimentado na dissertação de mestrado de Conceição Evaristo, defendida em 1996 na PUC-Rio com o título "Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade" e desenvolveu-se ao longo de toda sua obra.

arma de sobrevivência e que vê na fronteira não um limite, mas um lugar de potência e reinvenção da vida.

As vivências foram divididas em três etapas: 1) convite às lideranças femininas das comunidades e coletividades locais, a partir das indicações das co-autoras; 2) ciclo de oficinas: dois encontros presenciais intensivos, utilizando dinâmicas de sensibilização corporal, leitura de autoras negras e indígenas e produção textual; 3) mediação poética: momento de cura coletiva através da leitura das escritas produzidas. O percurso metodológico foi dividido em fases preparatórias e dois encontros presenciais de imersão, utilizando a Escrivência como dispositivo clínico-político.

Inicialmente, foi realizada articulação com representantes da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão - AMIM, do Coletivo de Mulheres Negras de Oiapoque - COMUNEO e da Associação Quilombola Kulumbu do Patuazinho, que manifestaram grande afinidade com o tema do projeto, às quais somou-se posteriormente uma representante das mulheres transgênero no movimento LGBTQIAPN+ de Oiapoque. O objetivo foi garantir que o espaço fosse construído com o consentimento e desejo das mulheres, respeitando seus tempos e saberes.

O primeiro encontro, denominado "O Corpo como Território de Memória", ocorreu em 21 de março de 2026, no Quilombo Kulumbu do Patuazinho, a convite das mulheres desta comunidade, situada na zona periurbana de Oiapoque e teve duração de 4 horas, com a participação de mulheres indígenas, quilombolas, negras e de terreiro e uma mulher transgênero, com a condução de Dayene Soeiro e minha mediação e escuta. O objetivo foi estabelecer o vínculo, a segurança grupal e iniciar a sensibilização para a escrita.

A oficina iniciou com a acolhida e ritual de abertura: foi realizada a dinâmica de regar uma planta com água e palavras para o futuro, demarcando o espaço como um território sagrado e seguro; em seguida, foi proposta uma atividade de mapeamento corporal do sentir, onde as participantes imprimiram suas digitais e identificam por escrito onde residem suas forças, memórias de resistência e também marcas de silenciamento. No momento seguinte foi feita a provocação poética, através da leitura de trechos selecionados dos livros de autoras negras e indígenas, recomendados por Bruna Karipuna; Por fim, foi realizado o exercício de escrita coletiva a partir da ideia disparadora: *"O que meu corpo-fronteira tem a dizer?"*. O foco foi o fluxo de consciência, sem preocupação com normas gramaticais.

O segundo encontro, intitulado "A Palavra como Escudo e Aliança", foi realizado em 18 de abril de 2026, também com duração de 4 horas, no Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque. Teve por objetivo refinar e nomear a produção textual, fortalecer a rede de proteção e pactuar a publicação coletiva.

A atividade iniciou com uma roda de partilha, na qual foi realizada a leitura voluntária do material produzido no encontro anterior, durante a qual o grupo atuou como testemunha e apoio emocional. Em seguida ocorreu a oficina de lapidação, momento de "re-escrever" a dor através dos ajustes e da escolha do título coletivo da seção, transformando-a em poesia de insurgência. Houve apoio técnico para a formatação coletiva do texto, sem alterar o sentido proposto.

Posteriormente foi feita uma discussão sobre a importância de publicar, no momento atual, esta denúncia do feminicídio e celebração da vida. Em seguida, foi feita a coleta das autorizações de publicação. Por fim, foi realizado um ritual de encerramento, com a leitura do poema "Amor", de Dinha, firmando o compromisso mútuo de proteção e enfrentamento à violência de gênero na fronteira: "Teça / sua teia / e amorteça / a morte" (Mota, 2015, p. 07).

Sistematização e ética

Foi garantido o direito ao anonimato ou ao uso de pseudônimos para as participantes que assim desejassem, visando sua segurança física e emocional no contexto de vulnerabilidade à violência de gênero. A realização das vivências contou com a utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo objetivo foi explicitado em cada atividade e firmado através da lista de participação. Da mesma forma, foram conferidos os créditos de co-autoria a todas as participantes, independente da forma como optaram por assinar a produção coletiva, que apresentamos a seguir:

O RIO DELAS: A FRONTEIRA CONFLUINDO EM VERSO

Eu, mulher quilombola, indígena, mulher trans, negra e de terreiro, tive a sorte de vivenciar este momento, sentindo a força, o axé das que lutam para ter mais respeito e espaço na sociedade. Agradeço pelo aprendizado deste momento: querer é poder; e quando queremos, mudamos o mundo. Estar entre mulheres me dá esperança e faz sentir que não estou só. Nos encontramos nas confluências do ser feminino, com nossos corpos, aprendizados e vivências; crescemos, formando uma grande teia. Somos Mulheres-Terra, filhas do chão, corpos-território em expansão.

Sou uma mulher indígena e parto da certeza e da leveza, da conexão de laços ancestrais. É um encontro de vozes e escrivências de mulheres resistentes: do terreiro no quilombo ao lakuh¹⁷ do nosso Turé. Do poder de Oxum ao maracá do Pajé, conduzindo nossas vidas no axé e na união.

Quando pude perceber que também sou filha da Terra, a esperança tornou-se uma semente que está sendo regada. Sou um corpo preto nesse terreiro caboclo; enfim, a irmandade está selada com a sabedoria de nossa linhagem de deusas, mulheres que construíram uma sociedade de glória.

Sou uma mulher negra, vinda de uma linhagem quilombola e de matriz africana. Somos livres, mulheres guerreiras; uma flor com pétalas doces que luta por respeito em meio ao preconceito. Sinto-me feliz por mostrar o que tenho de mais lindo dentro de mim e da minha comunidade. Gostaria que houvesse mais reconhecimento para nós; para mim, é muito importante ser mãe, ser quilombola e ser feliz. Falo de nós sem medo de parecer egocêntrica, pois a cada dia percebo que sou instrumento dessa ação de ser e fazer nossa história grande e poderosa. Que preto seja sempre sinônimo de glória.

Houve tempos de me sentir perdida e desamparada, crescendo à sombra da solidão e do luto. Mas o retorno às raízes ensinou que não sou apenas mais uma; aprendi a me valorizar e a ver a beleza em quem sou. Descendemos de uma raça guerreira, de reis e rainhas, filhos da Terra. Bom é ter o poder de viver sem medo, com a certeza de que tudo já vem escrito na palma de nossas mãos. Deus moldou cada uma como deveria ser: quer você tenha sorte ou não, seja rica ou não, o importante é ser feliz.

Sou uma mulher trans e sonho com um presente e um futuro sem violência — em especial a violência contra as mulheres. Que todo tipo de violência seja apagado desse mundo e que nossos dramas pessoais e coletivos sejam superados.

Desejamos um mundo onde nossas filhas possam andar na rua sem medo, estejam seguras dentro de casa e tenham voz e representatividade. Que os movimentos sociais estejam sempre em unidade e que possam acreditar que nosso medo não é invenção. Que nossa luta seja por dias de paz e prosperidade, que a dor seja sempre passageira e que a nossa família seja unida para superar todo mal. Que possamos acordar, todos os dias, fortes. Esperamos por justiça social. Nada sobre nós, sem nós.

¹⁷ *Lakuh*, na língua kheuól do povo indígena Karipuna do Oiapoque é o pátio onde é realizado o ritual do Turé, em agradecimento pelas curas concedidas pelos espíritos protetores, denominados karuãnas. O Lakuh é circular, demarcado por estacas de bambu ornadas com fios e bolas de algodão e penas de pássaros, que são “o pouso dos espíritos” e em seu interior contém mastros em forma de cruz e bancos específicos onde assentam-se os participantes da festividade: o pajé, seus auxiliares, dançarinos e convidados.

Ana Caroline Furtado Campos * Bruna Karipuna * Christielem A. Baia * Diva dos Santos Almeida Dayene Soeiro * Letícia Karipuna * Leudilene Furtado * Jossiene Viana Almeida * Gisele Karipuna Yasmin Magalhães dos Anjos * Ana Paula da Fonte

Conclusão

Este ciclo de vivências propôs que, no contexto especificamente apresentado, a psicologia e a assistência abandonassem a neutralidade de gabinete para se tornarem ferramentas decoloniais de denúncia, insurgência e proteção à vida no extremo norte do Brasil. Ao centrar na Escrivivência, abrimos mão da pretensão de trazer soluções definitivas para os problemas elencados, mas reconhecemos que a cura do trauma colonial e o enfrentamento à violência de gênero passam, necessariamente, pela recuperação da voz e pela validação das narrativas de mulheres quilombolas, negras, trans e indígenas.

A realização das oficinas no contexto binacional de Oiapoque possibilitou vislumbrar uma provável lacuna de assistência e visibilidade efetivas por parte das políticas públicas para as mulheres, carecendo de investigação mais aprofundada, uma vez que a experiência não teve o caráter de pesquisa. A fronteira, muitas vezes vista apenas como um limite geográfico ou um corredor de ilegalidades, foi resignificada como um território de reexistência. A produção resultante dessas oficinas não é apenas um breve escrito literário coletivo, mas um documento político-clínico que denuncia as estruturas de violência e anuncia o vigor das identidades ancestrais.

A publicação desta produção coletiva, por fim, consolida este percurso, oferecendo às participantes o lugar de autoras de suas próprias histórias e garantindo que o conhecimento produzido “à margem” alcance o centro do debate público. Conclui-se, portanto, que a articulação entre a práxis de Fanon e a sensibilidade de Evaristo oferece à Psicologia um caminho ético para atuar onde a dor é mais profunda, transformando silêncio em poesia e vulnerabilidade em aliança política.

Referências

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.).

Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência:** a escrita de nós. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Salvador: EdUFBA, 2008.

GAMBIM JUNIOR, Avelino. **Arqueologia da Contemporaneidade na Aldeia Manga:** lugares, materialidades e memórias da presença Karipuna na fronteira entre o Brasil e Guiana Francesa (Final do séc. XIX - Tempo presente). São Luís: UFMA, 2026 (no prelo).

KARIPUNA, Bruna. Ubani e a Pirapema. *In:* DORRICO, Trudruá; NEGRO, Mauricio (Orgs.). **Originárias:** uma antologia feminina de literatura indígena. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

KARIPUNA, Bruna. O pajé e o Ahetxie. *In:* POTIGUARA, Eva. RATTON, Vanessa (Orgs.). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade:** Mulherio das Letras Indígenas. Guarujá, SP: Amare, 2022.

MOTA, Dinha Maria Nilda de. **Zero a zero:** 15 poemas contra o genocídio da população negra. São Paulo: Edições Me Parió Revolução, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.